

VI Semana Internacional de Pedagogia

“Pedagogia em MovimentUS: Aproximações entre Universidade e Sociedade”



II Encontro Estadual de Educação em Prisões de Alagoas

I Seminário de Educação em Prisões de Alagoas

“Educação de pessoas em privação de liberdade: Embates, Políticas Públicas e Práticas Educacionais”

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

ISSN: 1981 - 3031

GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO: o caso das parcerias dos governos alagoanos com organismos internacionais

Elainy Paula Viturino Braz¹

elainybraz@gmail.com

Sandra Regina Paz da Silva²

sandraregina.ufal@gmail.com

Georgia Sobreira dos Santos Cêa³

gecea@uol.com.br

RESUMO

As parcerias com organismos internacionais, em especial com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com o Banco Mundial, têm construído no estado de Alagoas a governança da educação básica no sistema público de ensino. Por meio dessas parcerias, vêm sendo realizadas reformas políticas com a implementação de programas como o Geração Saber e o Viva Escola, no âmbito das redes estadual e municipal de Maceió, respectivamente, com o propósito de equacionar positivamente os resultados de índices avaliativos da qualidade da educação básica. Indagando em que medida essas reformas recentes nas políticas educacionais em Alagoas, em parceria com organismos internacionais, se articulam com a lógica neoliberal, o estudo tem como objetivo discutir as categorias governança da educação e parcerias público-privadas em educação, buscando elucidar articulações entre ambas, de modo a abarcar o cenário mais amplo capaz de colaborar com a compreensão do que vem ocorrendo com sistemas educacionais locais, no caso, em Alagoas e em Maceió. Metodologicamente, o presente estudo realiza uma abordagem qualitativa, sob orientação da perspectiva crítica, e adota como principais procedimentos a revisão de literatura e o aporte em fontes documentais. A principal conclusão do estudo indica que a governança da educação em Alagoas e Maceió, construída por meio de parcerias público-privadas, vem promovendo reformas políticas pautadas na cultura empresarial que modificam a gestão da educação e o sistema escolar como um todo, inserindo planos e projetos educacionais que instrumentalizam o trabalho docente e instituem mecanismos de governança em todos os âmbitos do sistema de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Governança da educação básica. Organismos Internacionais. Parcerias Público-Privadas. Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

¹ Pedagoga pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFAL. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE / CNPq-UFAL).

² Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre e doutora em Educação, na área de Gestão, Planejamento e Política Educacional pela UFPE. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP- TESE/ CNPq-UFAL).

³ Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Pós-doutorado em Educação pela *University of Bristol*. Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), vinculada ao Centro de Educação (CEDU) e ao Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE / CNPq-UFAL).

Os apelos de setores governamentais e da sociedade civil para a expansão do acesso de todos à educação são tidos como fortes aliados para o estabelecimento do consenso social de que se deve proporcionar aos indivíduos as aptidões necessárias para serem partícipes econômicos no sistema capitalista. Isto é especialmente evidente em países nos quais a melhoria do desempenho educacional se constitui em um desafio a ser enfrentado. Desta forma, a excessiva preocupação com a melhoria da qualidade da educação básica, por meio do investimento em capital humano, é intrínseca à busca da estabilidade econômica. Esse movimento acaba por inserir na “[...] educação pública as exigências de uma formação rápida para o fazer e executar, atendendo satisfatoriamente às demandas de um mercado insaciável” (SILVA, 2003, p. 298).

O interesse de organismos internacionais pelo setor social, especialmente o setor educacional, torna-se notório no momento em que o desenvolvimento humano se transforma em um entrave ou um problema para a reprodução capitalista, frente ao aprofundamento de desigualdades sociais. Assim, “[...] a crença destes organismos na contribuição educacional é para “aliviar” a pobreza e promover a contenção social” (LEHER, 2003, p. 222). A melhoria do desempenho educacional como forma de prevenir o agravamento da crise social vem aproximando governos e organismos internacionais, especialmente por meio de parcerias, visando ao aperfeiçoamento gerencial dos sistemas públicos de ensino para o alcance de melhores índices educacionais.

Organismos internacionais são instituições transnacionais sem fins lucrativos que se constituem como “associações voluntárias de Estados” (MACHADO; PLAMPLONA, 2010, p. 55) – geralmente Estados líderes na economia mundial – que, de forma descentralizada, buscam oferecer empréstimos e cooperação técnica a países subdesenvolvidos, por meio de agências multilaterais, de modo a colaborar com o fortalecimento econômico destes.

Nessa lógica, “[...] a governança pública (da educação) está associada a uma mudança na gestão política” (KISSLER; HEIDMANN, 2006, p.482), orientada pela perspectiva de que o Estado deve aprender com a iniciativa privada como proceder de forma eficaz e eficiente. Isso tem implicado em reformas nas políticas educacionais, acarretando mudanças nas finalidades e procedimentos relativos à oferta da educação pública e, conseqüentemente, influenciando a criação ou

alteração de leis e outros instrumentos normativos, além da elaboração e implementação de programas e projetos educacionais.

Neste estudo, as articulações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do Banco Mundial com os governos do estado de Alagoas e do município de Maceió são tomadas como exemplos de estratégias de governança de políticas públicas⁴ no Brasil, especificamente no âmbito da educação. Visto que os organismos internacionais se assumem a perspectiva do mercado como princípio para reestruturar a gestão da educação pública, estes podem ser identificados como agentes que agem segundo os pressupostos e interesses do setor privado. Dessa forma, a relação entre eles e os governos de Alagoas e de Maceió pode ser entendida como expressão de parcerias público-privadas (PPP) em educação.

O governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEE-AL), orientou a política educacional estadual, entre os anos de 2008 e 2012, a partir de parceria com o Banco Mundial, o Pnud e o Ministério da Educação (MEC), que resultou no Programa Geração Saber. A partir de 2013, foi a vez do governo de Maceió, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), orientar a política educacional do município por intermédio da parceria com o Pnud, concretizada no Programa Viva Escola, ainda vigente. Ambos os programas podem ser identificados como eixos norteadores de reformas políticas que almejam garantir a qualidade da educação. Assim, podemos considerar o intenso movimento de programas e projetos fragmentados que têm constituído as políticas educacionais em Alagoas como parte da promoção da governança da educação, ou seja, um movimento político que visa a adequar a educação alagoana aos parâmetros requeridos pelos organismos internacionais.

À luz deste cenário, o presente estudo tem como problemática compreender em que medida reformas recentes nas políticas educacionais em Alagoas, em parceria com organismos internacionais, se articulam com a lógica neoliberal que, entre outros aspectos, pressupõe a desqualificação do poder público para o trato com as questões educacionais sob sua responsabilidade. Para tanto, o objetivo deste texto é discutir as categorias governança da educação, organismos

⁴ Com base em Höfling (2001), políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação”, ou seja, são políticas permanentes, de responsabilidade dos governos que ocupam o Estado, de modo a garantir os direitos sociais do cidadão.

internacionais e parcerias público-privadas em educação, buscando elucidar articulações entre elas, de modo a abarcar o cenário mais amplo capaz de colaborar com a compreensão do que vem ocorrendo com sistemas educacionais locais, no caso, em Alagoas e em Maceió. Trata-se, efetivamente, de um recorte de estudo em curso sobre a governança da educação no Estado de Alagoas, a partir dos anos 2000.

Metodologicamente, o presente estudo realiza uma abordagem qualitativa, sob orientação da perspectiva crítica, e adota como principais procedimentos a revisão de literatura – especialmente sobre governança, organismos internacionais e parcerias público-privadas – e o aporte em fontes documentais produzidas no âmbito dos programas Geração Saber, de Alagoas, e Viva Escola, de Maceió.

Após esta introdução, o texto situa a incorporação da ideia de governança e a prática de parcerias público-privadas no setor educacional no Brasil, tomando a década de 1990 como marco desse processo; na sequência, essas mesmas categorias elucidam a condução da política educacional do estado de Alagoas e do município de Maceió. Nas considerações finais são indicadas as assertivas mais gerais que a análise empreendida permitiu elaborar.

2 Governança pública no Estado brasileiro: as parcerias com organismos internacionais

O Estado brasileiro tem modificado seu aparato de políticas públicas para atender às demandas do capital desde o início da década de 1990, especialmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), por intermédio de planos e programas, com o intuito de garantir a estabilidade financeira e o crescimento econômico do país. Para compreender a teia de reformas políticas implementadas a partir de então, é possível indicar a atualidade do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL,1995) para a compreensão da renovação e reorganização de definições econômicas e ideológicas para o aparelho estatal.

Apesar de distintos governos ao longo do tempo, diferentes reformas implementadas desde os anos 1990 no país objetivam reestruturar o Estado e

“aumentar sua a “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente as políticas públicas” (BRASIL, 1995, p. 11). Esta governança é inerente a novas formas de privatização de empresas e serviços estatais por meio de parcerias público-privadas, envolvendo principalmente organizações do terceiro setor. Embasados na concepção “da (nova) economia liberal com a mínima influência do Estado de um lado e um mercado socialmente inserido do outro” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 286), as ações de governança pública almejam transformações que têm como proposição a atuação do Estado como regulador de serviços públicos, o isentando de suas responsabilidades como prestador de serviços públicos (MAJONE, 1999, p. 13).

Desta maneira, as parcerias público-privadas surgem “[...] como um mecanismo promissor para minimizar os danos causados por formas anteriores de privatização, ainda que sem abandoná-las” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 1139). Pautadas sob a óptica do empreendedorismo, a funcionalidade dessas parcerias é flexibilizar as formas de privatização das políticas públicas, sem romper com características fundamentais demandadas pelo Estado neoliberal, como a liberalização dos mercados e a flexibilização dos direitos sociais, como indica Leher (2003, p. 205).

O modelo socioeconômico neoliberal sustenta bases e pressupostos capitalistas com o intuito de garantir a estabilidade financeira do Estado, ambicionando que este assumira características como a concorrência, eficiência, descentralização e a terceirização dos serviços públicos. Tais bases e pressupostos, quando levadas adiante, interferem na “[...] redução significativa dos investimentos em políticas sociais⁵” (ARELARO, 2007, p. 913), resultando na fragilização dos direitos sociais e trabalhistas, em prol de baixos custos na prestação dos serviços.

Na perspectiva neoliberal, essa redução de investimentos deve resultar da chamada “boa governança” das políticas públicas, a qual “[...] propõe extensivas reformas na administração pública, PPPs, a eliminação de barreiras comerciais e uma nova leva de acordos no mercado internacional” (ROBERTSON, 2012, p. 287). Deste modo, as propostas baseadas na ideia de governança objetivam inserir nas políticas sociais a lógica do enxugamento dos gastos públicos, em um agrupamento

⁵ Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001, p. 31).

de reformas administrativas, compartilhadas entre o Estado e a sociedade civil, com destaque para as empresas privadas, e que desencadeiam políticas públicas fragmentadas que reafirmam a ênfase na mercantilização e na eficiência, embora esteja presente o apelo para a ideia de participação social:

[..] a abordagem da boa governança critica a excessiva atenção destinada à eficiência como critério único para determinar o “valor” para um investimento, uma vez que a preocupação com a “eficiência” pode muito rapidamente levar a danos à reputação, como práticas trabalhistas injustas, falta de transparência, resultados de má qualidade e assim por diante (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1140).

Segundo Dale (2010, p.1111), o ideário neoliberal sustenta que a boa governança educacional é composta por quatro categorias amplas de atividades – “[...] financiamento, fornecimento ou oferta, propriedade e regulação” – que são planejadas com objetivo de compor uma práxis educativa que, teoricamente, deveria “solucionar” os principais problemas inerentes ao setor educacional, ao proporcionar o acesso e a “qualidade” do ensino público.

Nesta lógica, a abordagem da boa governança apela para ações “voluntárias⁶” para garantir o desenvolvimento econômico da localidade. No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, tal ideia adquire capilaridade com a proposição do processo de publicização⁷ de políticas públicas que não estão vinculadas ao poder do Estado, mas às necessidades humanas, como é o caso das políticas públicas de “educação, saúde, cultura e pesquisa científica” (BRASIL, 1995 p. 13). Cabe ressaltar que o processo de publicização objetiva garantir a eficiência das políticas públicas, por meio do repasse de ações do setor público, identificadas como serviços não exclusivos do Estado para a iniciativa privada com ou sem fins lucrativos, cabendo ao Estado o papel de regulador (BRASIL, 1995).

Com base na discussão feita até aqui, se compreende que a forma de gestão das políticas públicas brasileiras vem sendo receptiva à ideia de governança pública, reforçando ações de parcerias público-privadas, tais como as parcerias com organismos internacionais. Além disso, tomando o trabalho de Robertson e Verger (2012) como referência, fica evidente que a combinação histórica da ideia de governança com o mecanismo das parcerias público-privadas serve, de um lado, de

⁶ Essas ações voluntárias, segundo Machado e Plamplona (2010), são necessárias para suprir a falta de investimentos por parte do Estado.

⁷ O termo “publicização” faz parte das novas expressões que foram ressignificadas pela ideologia neoliberal (LEHER, 2003 p. 223).

estímulo para a liberalização das políticas sociais para o mercado e para a promoção da ampla concorrência entre o setor público e privado, e, de outro, para aumentar os riscos de sucateamento de serviços públicos. Essa combinação vem caracterizando a condução da política educacional de Alagoas e de sua capital, a cidade de Maceió.

3 Governança educacional, organismos internacionais e parcerias público-privadas: o caso da educação básica em Alagoas

No estado de Alagoas, agências como o PNUD e o Banco Mundial foram “parceiras” que tiveram grande destaque para compor planos e programas nas políticas públicas do estado de Alagoas. Amorim e Paz (2012) informam que, durante o período de 2008 a 2012, várias secretarias governamentais⁸ fizeram parte de um macroprojeto de desenvolvimento econômico e social do estado, chamado de “Alagoas Tem Pressa”, realizado em parceria com as agências citadas acima, que detinha ações em várias políticas sociais. A este macroprojeto esteve articulado o Programa Geração Saber, no âmbito da política educacional:

O Programa Geração Saber [...] teve como propósito a universalização do acesso à educação com garantias de permanência na escola, formação pedagógica de qualidade, assim como, maior articulação da SEE/AL na organização, gerenciamento administrativo e tecnológico para melhoria do cenário da rede pública estadual de ensino (ALAGOAS, 2009, p. 5).

Desta maneira, Alagoas passa a exercer relações socioeconômicas sob a égide da “Governança global através da regulação de relações internacionais sem uma autoridade centralizada” (DUBROW, 2013, p. 102). Em outros termos, o estado de Alagoas passou a dividir a coordenação de políticas sociais públicas com organismos internacionais, sob o argumento de que isto facilitaria o crescimento econômico local e alavancaria o desenvolvimento social (AMORIM; PAZ, 2012).

Segundo Bernussi (2014, p. 57), essas reformas educacionais implementadas por organismos internacionais, de maneira geral, quando são direcionadas a

⁸ Com destaque, inicialmente, para a Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE) e a Secretaria de Estado e da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES) e, posteriormente, Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEE/AL).

educação pública em nível básico no Brasil, tentam conciliar o desenvolvimento social ao desenvolvimento educacional nas localidades em que se encontram atuantes os programas de cooperação técnica, de modo que utilizam medidas paliativas para melhorar o acesso e a qualidade da educação pública e, assim, “garantir” condições mínimas para o desenvolvimento social.

Compreender as parcerias público-privadas e suas articulações, no âmbito educacional, é fundamental para se entender como são empreendidas as disputas sociais e econômicas que circundam o campo das políticas educacionais. Na ótica dominante, a boa governança da educação deve buscar variadas formas de adequar o sistema educacional às determinações do mercado, no que os organismos internacionais têm muito a contribuir; dessa forma, se enfraquece a condição da educação de objeto de política pública e se fortalece “[...] o tratamento da educação como serviço público que pode ser transferido para as empresas privadas” (SILVA, 2003, p. 288).

Em vista disso, as políticas educacionais no estado de Alagoas têm sido implementadas por meio de medidas paliativas que tentam construir a governança educacional no sistema de ensino público, com vistas a atingir índices satisfatórios em processos avaliativos internacionais e nacionais, como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e, desta forma, superar

[...] a situação da educação alagoana que se apresenta como uma das mais críticas em panorama nacional, podendo ser constada pelos dados referentes ao atendimento educacional e os resultados avaliativos (MACEIÓ, 2014, p. 20).

O baixo desempenho obtido em 2011 pela educação alagoana no IDEB serviu de alarme em âmbito nacional da precarização do sistema público de ensino vivenciado no estado nas últimas décadas. Este fato acabou sendo utilizado como justificativa para os acordos de cooperação técnica com organizações como o Pnud e o Banco Mundial, acordos estes vistos como estratégias salvacionistas para equacionar os índices educacionais da educação básica e reverter a situação caótica da educação no estado de Alagoas e no município de Maceió, por meio, respectivamente, de programas como Geração Saber e Viva Escola.

Nessa lógica, a política educacional alagoana tem consolidado no sistema de ensino público uma visão economicista de gestão por intermédio das parcerias com

o Pnud e o Banco Mundial, que podem ser caracterizadas como um agrupamento de reformas administrativas que almejam o desenvolvimento socioeconômico local para instituir os mecanismos de governança na educação pública. Assim,

[...] o que se costuma entender por governança, nesse caso, é a substituição do pressuposto de que o Estado governa sempre e necessariamente a educação através do controle de todas as atividades de governo, pelo que se pode chamar de coordenação da coordenação, com o Estado despenhando possivelmente o papel de coordenador ou regulador de último recurso (DALE, 2010, p.1113).

Concluídas as ações de parceria do governo do estado de Alagoas com os organismos internacionais no âmbito da educação, teve início a parceria entre o governo municipal de Maceió e o PNUD, a partir de 2013. Desde então, o Programa Viva Escola tem sido implementado como eixo norteador da “modernização e reorganização das políticas educacionais” da rede de ensino municipal (MACEIÓ, 2016, p. 16), apresentando diversas orientações para a educação infantil e o ensino fundamental, para várias modalidades que compõem o sistema de ensino – tais como: educação de jovens, adultos e idosos; educação especial –, assim como para outras áreas da política educacional, como educação em tempo integral, gestão escolar, avaliação da aprendizagem e combate ao analfabetismo (MACEIÓ, 2017). De maneira geral, as ações do Viva Escola têm o propósito de “ajudar” no bom desempenho avaliativo da rede de ensino municipal, integrando avanços no desenvolvimento social do município com base no IDH (Índice de desenvolvimento Humano), assim estimulando esforços da comunidade escolar e local para alcançar o objetivo 4 da agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável: “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (MACEIÓ, 2016, p. 17-18).

Sem desconsiderar suas especificidades, os programas Geração Saber e Viva Escola, de maneira geral, seguem a tendência de padronização formulada pela governança dominante, uma vez que focam suas atividades em três principais dimensões da política educacional: estrutura e infraestrutura, gerenciamento escolar (formação de técnicos e gestores) e ações pedagógicas: “[...] essas atividades podem [...] ser desempenhadas independentemente umas das outras por uma série de agentes outros que não o Estado” (DALE, 2010, p.1111). De fato, ambos os programas indicam o estabelecimento de parcerias público-privadas como condição para a condução da política educacional (ALAGOAS, 2009; MACEIÓ, 2016), a ponto

de o fomento a parcerias com organizações externas às secretarias de educação estar se tornando corriqueiro nos sistemas de ensino. Ambos os sistemas de ensino, em períodos diferentes, mas subsequentes, utilizam o discurso do Pnud de que as parcerias público-privadas são medidas necessárias ao “bom” gerenciamento da educação e compõem o desenvolvimento socioeconômico local (PNUD, 2017, p. 1).

Dessa forma, a governança educacional abre espaço para o setor privado atuar na educação pública, de modo a implementar reformas políticas que estimulam a cultura empresarial como saída para os problemas da educação. Em outros termos, a ausência do Estado na coordenação direta da formulação de políticas educacionais e na prestação dos serviços educacionais públicos ocasiona a fragmentação das políticas educacionais, especialmente por meio de parcerias público-privadas, ampliando o risco de se atar a educação “[...] à reprodução capitalista e ao lucro de pequenos grupos” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 1147).

A submissão da condução da política educacional a interesses particularistas é escamoteada pelo discurso hegemônico de “[...] comprometimento com a educação básica de crianças, jovens e adultos, a universalização do acesso e a promoção de qualidade” (BERNUSSI, 2014, p. 54), utilizado como justificativa para a execução de reformas educacionais necessárias à implementação da pretensa “boa governança” educacional.

Embora as parcerias em questão envolvendo os governos de Alagoas e de Maceió e organismos internacionais ocorram, basicamente, no âmbito da gestão central da educação, as estratégias pedagógicas previstas nas diferentes ações de parceria transpõem para o interior das escolas a hegemonia discursiva de excelência e efetividade, com viés em ações educativas padronizadas, que limitam significativamente a autonomia escolar e impõem “[...] a introdução de padrões educacionais e a inclusão de novos atores, tais como os econômicos e sociais” (AMOS, 2010 p.33). Como indicam Paz e Braz (2017), a condução da política educacional em Alagoas, por meio de parcerias com organismos internacionais, vem promovendo a reprodução de planos e metas globais que visam instrumentalizar o trabalho docente e inserir os mecanismos de governança no sistema de ensino.

Partindo da formulação dos termos das políticas educacionais pelos agentes públicos e organismos internacionais, passando pela realização de diversas ações e

projetos, nem sempre orgânicos e articulados, e chegando às escolas, alterando a dinâmica das rotinas pedagógicas, fato é que a governança da educação de Alagoas e de Maceió vem sendo operada por parcerias público-privadas. Além de todas as ressalvas e questionamentos feitos até aqui ao significado de todo esse processo, é preciso ressaltar que nem o Programa Geração Saber, do governo de Alagoas, nem o Programa Viva Escola, do governo de Maceió, têm sido capazes de cumprir as promessas de reversão da baixa qualidade educacional, tanto em termos de rendimento da aprendizagem como em termos de estrutura e infraestrutura escolar e pedagógica (AMORIM; PAZ, 2012; PAZ; BRAZ, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da discussão da articulação entre as categorias governança da educação e parcerias público-privadas em educação, este texto elucidou diferentes conexões entre movimentos amplos, de abrangência internacional, e especificidades de projetos educacionais locais, tomando os casos do estado de Alagoas e do município de Maceió. Ao fazê-lo, foram indicados aspectos que permitem afirmar a existência de articulações entre a forma como vem sendo conduzida a política educacional naquele estado e naquele município e a lógica neoliberal reforçada pela ideia da governança e por ações de parcerias público-privadas.

Diante do exercício realizado, parece possível inferir que os programas Geração Saber, da rede pública de educação de Alagoas, e Viva Escola, capitaneado pela gestão do município de Maceió, ambos resultantes de parcerias entre os gestores públicos e organismos internacionais, têm construído a governança da educação no estado de Alagoas, de modo a executar reformas políticas pautadas na cultura empresarial que modificam a gestão da educação e o sistema escolar como um todo, inserindo planos e projetos educacionais que instrumentalizam o trabalho docente e instituem mecanismos de governança em todos os âmbitos do sistema de ensino.

Deste modo, a implementação de programas como o Geração Saber e o Viva Escola, que se constituem como expressões da governança da educação em

Alagoas, refletem uma parte das novas propostas dos organismos internacionais para a educação brasileira. Essas políticas, no geral, reafirmam a composição de uma governança da educação que possui resultados poucos expressivos na realidade educacional, mas que, dada a fragmentação de atividades, permitem o uso de discursos sobre grandes reestruturações na educação para estabelecer o apaziguamento social de que algo está sendo realizado para solucionar os principais problemas da educação pública (PAZ; BRAZ, 2017).

Em vista disso, a governança da educação constrói no setor público uma ramificação de atividades tão amplas quanto imprecisas que destituem a função social da escola, pois a eficiência e a garantia de padrões básicos requeridos pelo Pnud e o Banco Mundial, envolvidos nos projetos educacionais tratados, se sobrepõem a qualquer expectativa de reflexão do trabalho docente. Assim, as políticas educacionais tornam-se métodos paliativos para solucionar os déficits de ensino, que intencionam modificar a organização e a estrutura escolar para atender as necessidades do mercado e manter a hegemonia política e econômica burguesa, deixando pouco ou nenhum espaço para a autonomia e reflexão de todos os que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Projeto de Cooperação Técnica MEC-PNUD-SEE/AL**. Eixo 1 – Política Educacional para o Estado de Alagoas. Ação 1 – Política de Educação Básica para Alagoas: bases legais, políticas e pedagógicas, Alagoas, 2009. Disponível em: <<http://www.educacao.al.gov.br/programas-e-projetos/programas/geracaosaber/eixo-1-politica-educacional-para-o-estado-de-alagoas>>. Acessado em: abril de 2012.

AMOS, K. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. **Educ. & Pes.**, São Paulo, v.36, n. especial, 2010, p. 023-038. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea03.pdf>> Acessado em jul. 2018.

AMORIM, L. H.; PAZ, S. R. **O projeto Geração Saber da Secretaria de Estado de Educação e Esporte de Alagoas: finalidades e objetivos**. Maceió: Pibic/ufal, 2012. 20 p.

ARELARO, L. R. G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educ. Soc.**: Campinas, v.28, n.100, 2007, p.899-919. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1328100.pdf>> Acessado em: 16 de nov. 2018.

BERNUSSI, M. M. **Instituições internacionais e educação**: A agenda do Banco Mundial e do Education For All no caso brasileiro. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-13102014-170412/pt-br.php>> Acessado em: 18 de out. 2018.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

DALE, R. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, 2010, p. 1099-1120. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/03.pdf>> Acesso em: 23 set. 2018.

DUBROW, J. K. Governança Global Democrática, Desigualdade Política e a Hipótese da Resistência Nacionalista. **Soc.**, Porto Alegre, n. 32, 2013, p. 94-110. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/05.pdf>> Acessado em: 16 de nov. 2018.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. Ced.**, n. 55, 2001, p. 30-41. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Acessado em: 16 nov. 2018.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, 2006, p.479-99. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n3/31252.pdf>> Acessado em: 16 nov. 2018.

LEHER, Roberto. Reforma do Estado: O privado contra o público. **Trab. Educ. e Saú**: Rio de Janeiro, v. 1, n.2, 2003, p.20-208. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n2/03.pdf>> Acessado em: 16 de nov. 2018.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes curriculares para o ensino fundamental**: rede municipal de Maceió. Maceió: Viva, 2014.

_____. _____. **Guia de educação especial para inclusão na rede municipal de Maceió**: princípios, orientações e práticas. MACEIÓ: Viva, 2016.

_____. _____. **Universalizar a alfabetização em Maceió**: subsídios para a política pública. Maceió: Viva, 2017.

MACHADO, J.G.R.; PAMPLONA, J. B. Caracterização e avaliação do desempenho do PNUD no Brasil segundo sua estratégia e forma de atuação. **Pes. & Deb.**, São Paulo, v. 21, n. 1, 2010, p. 157-184. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/viewFile/7439/5429>> Acessado em 16 de nov. 2018.

MAJONE, G. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. **Rev. do Serv. Púb.**, n 1, 1999, p.05-36. Disponível em:<<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/339/345>> Acessado em 19 de nov. 2018.

PAZ, S.R.; BRAZ, E.P.V. Governança do PNUD em Maceió: reflexões acerca das políticas de gestão escolar para educação básica. **Rev. Adm. Educ.**, Recife, v. 1, n. 2, 2012, p.04-20. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/view/234751>> Acessado em: 16 nov. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO- PNUD (Brasil). **Relatório anual 2016**: caminhando para o futuro. 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/relatorio-pnud-2016.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

ROBERTSON, S. L. A estranha não morte da privatização neoliberal na estratégia 2020 para educação no Banco Mundial. **Rev. Bra. de Educ.**, v.17, n.50, 2012, p.283-493. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a03.pdf>>Acessado em: 23 set. 2018.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educ. Soc** .: Campinas, v.33, n.121, 2012, p. 1133-1156. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/873/87325199020.pdf>> Acesso em: 23 set. 2018.

SILVA, M. A. Do projeto político do banco mundial ao projeto político – pedagógico da escola pública brasileira. **Cad.Cedes**: Campinas, v. 23, n.61, 2003, p. 283-301. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a03v2361.pdf>> Acessado em: 16 de nov. 2018.